



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA AO PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

PLN 22/2024

00052

**PLN: 22/2024**

(Preencher nº/ano)

**EMENDA Nº**

(Preenchido pela CMO)

### TEXTO DA EMENDA

Suprima a seguinte suplementação e o respectivo cancelamento:

#### SUPLEMENTAÇÃO:

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Unidade: 55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Administração Direta

UG: 550009 – DEPAD (Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuentes em Álcool e Drogas)

Programa: 5134 – Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e outras Drogas

Ação: 21FR – Apoio e Acolhimento Objetivando a Reinserção de Usuários e Dependentes de Álcool e Drogas - Nacional

Funcional Programática: 20.55101.08.244.5134.21FR.0001

RP: 2 - GND: 3 – MOD:90 – FTE: 1001

**Valor de R\$ 15.760.162,00 (quinze milhões, setecentos e sessenta mil, cento e sessenta e dois reais)**

#### CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.306.5133. 2798. 0001– Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional - Nacional.

RP: 2 – GND: 3 – MOD: 41 – FTE: 1001

**VALOR: 30.202.761,00 (trinta milhões, duzentos e dois mil, setecentos e sessenta e um reais)**

### JUSTIFICATIVA

Os problemas do álcool e outras drogas dispensam apresentação, pois são conhecidos e afetam todas as políticas públicas. Por isso, o investimento em recuperação, na atenção e cuidados a pessoas com problemas em decorrência do álcool e outras drogas, é tão importante, representando uma economia de 4 a 5 vezes o valor do investimento.

O governo federal, desde 2013, além dos serviços ambulatoriais, médico-clínico-hospitalares, incluiu entre suas prioridades o financiamento do acolhimento de dependentes do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas, modelo terapêutico extra-hospitalar,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245011780700>  
Preencher todos os campos, inclusive número da proposição. Só serão aceitos formulários  
assinados e assinados pelo autor.





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

### EMENDA AO PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

de caráter unicamente voluntário, com a característica residencial e de convivência entre os pares, na busca da abstinência àqueles que assim precisam e optam, devidamente autorizadas por médico que deve atestar que o pretendente ao acolhimento não possui problemas de natureza biológica ou psicológica graves que demandem atenção ambulatorial, médico-clínico-hospitalar de modo contínuo, conforme art.26-A e 23-B da Lei nº 11.343/2006 com a redação da Lei nº 13.840/2019.

Esta modalidade terapêutica tem sido o serviço de atendimento a dependentes do álcool e outras drogas mais procurado pela população. O III LENDUD, da Fundação Fiocruz, constatou que 61% dos serviços de atenção e cuidados a dependentes do álcool e outras drogas buscados ao longo da vida pela população brasileira foram buscados e prestados junto às comunidades terapêuticas.

Ao final de 2023, o número de vagas financiadas pelo atual governo federal caiu de cerca de 15.000 vagas para cerca de 7.000 vagas em função do término do prazo de 5 anos dos contratos vigentes. Em função disso, o governo federal lançou o Edital 08/2023, no qual foram habilitadas 585 comunidades terapêuticas para a contratação de 14.632 vagas de acolhimento para dependentes do álcool e outras drogas pelo Departamento de Entidades de Apoio e Atuantes em Álcool e outras Drogas (DEPAD), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Segundo o OFÍCIO Nº 538/2024/MDS/SE/CGAA do MDS ao Palácio do Planalto são necessários recursos extraordinários de R\$ 186.329.370,95 (Ação 21FR: Apoio e acolhimento objetivando a reinserção de usuários e dependentes de álcool e outras drogas) para a contratação das vagas habilitadas e ainda não contratadas, assim distribuídas:

585 ENTIDADES HABILITADAS PELO EDITAL 08/2023			
UF	QUANTITATIVO DE ENTIDADES	VAGAS	VALOR PARA 12 MESES
DISTRITO FEDERAL	1	209	2.939.952,84
GOIÁS	26	656	9.278.535,20
MATO GROSSO DO SUL	10	224	3.150.954,24
MATO GROSSO	7	193	2.714.884,68
ALAGOAS	27	939	13.293.921,24
BAHIA	12	433	6.120.738,84
CEARÁ	22	658	9.277.236,48
PARANÁ	30	496	6.905.497,44
PARAÍBA	4	72	1.012.806,72
PERNAMBUCO	13	335	4.716.626,28
PIAUÍ	15	491	6.915.302,52
RIO GRANDE DO NORTE	10	270	3.798.025,20
SERGIPE	2	53	773.673,80
ACRE	3	45	633.004,20
AMAZONAS	9	286	4.023.093,36
AMAPÁ	1	24	337.602,04
PARÁ	11	306	4.304.426,56
RONDONIA	3	73	1.039.658,52
RORAIMA	2	43	576.737,16
TOCANTINS	4	64	904.534,32
ESPÍRITO SANTO	4	69	970.606,44
MINAS GERAIS	98	2324	32.703.935,28
RIO DE JANEIRO	28	950	13.393.253,76
SÃO PAULO	63	1772	24.985.962,24
PARANÁ	54	1047	14.766.252,84
RIO GRANDE DO SUL	75	1619	22.816.701,24
SANTA CATARINA	55	984	13.841.691,84
TOTAL	585	14.632	206.395.598,28

ORÇAMENTO 2024 AÇÃO 21FR	R\$ 127.759.666,00
CONTRATOS VIGENTES (2019/2021/2022) + TED (fiscalização, Cebas e Estudos) – TOTAL A PAGAR	- R\$ 107.893.438,67
SALDO ORÇAMENTO 2024	R\$ 19.866.227,33
CONTRATAÇÃO DE TODAS HABILITADAS	R\$ 206.195.598,28
SALDO ORÇAMENTO 2024	- R\$ 19.866.227,33
SUPLEMENTAÇÃO NECESSÁRIA	R\$ 186.329.370,95

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas: estudo com foco em usuários de álcool e outras substâncias psicoativas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023. 200 p. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/drogasIIIlenad.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245011780700>  
Preencher todos os campos, inclusive número da proposição. Só serão aceitos formulários  
icados e assinados pelo autor.





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

### EMENDA AO PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

Esta contratação está prevista no planejamento estratégico do MDS/DEPAD que prevê a ampliação do número de acolhimentos, que somando-se aos atuais contratos vigentes, alcançarão 21.000 vagas, que são o mínimo necessário para atender a demanda, contemplando 786 instituições.

Do total de vagas acima descritas, já foram contratadas 100 comunidades terapêuticas e encontram-se em fase de contratação outras 38 comunidades terapêuticas, porém, há ainda a necessidade de contratação adicional de cerca de 9.000 vagas para atender às necessidades mínimas e distribuição equitativa em território nacional segundo os ditames do Edital nº 08/2023 do DEPAD.

As comunidades terapêuticas atendem, majoritariamente, pessoas em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal, muitas delas em situação de rua, com vínculos familiares rompidos, entre outros, na forma do Art. 3º da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, (BRASIL, 2004) define usuários da assistência social da seguinte forma:

#### “2.4. Usuários

“Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.” (grifo nosso) (BRASIL, 2004, p.33)

A PNAS (BRASIL, 2004, p.33) inequivocadamente reconhece como “situações de vulnerabilidade e risco”, “famílias e indivíduos” com:

- perda ou fragilidade de vínculos de afetividade;
- uso de substâncias psicoativas;
- inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal.

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas – FIPE realizou uma pesquisa no ano de 2015 com a população em situação de rua da cidade de São Paulo. No recorte do público de até 30 anos, 77% referem fazer uso de alguma droga; conforme há um avanço da idade há uma diminuição no percentual de consumo. Sendo o consumo maior entre homens do que mulheres (FIPE, 2015) .

Pesquisa semelhante divulgada no ano de 2017 realizada com a população em situação de rua da cidade de Recife – PE, identificou o uso drogas em 49,7% dos entrevistados e em 40,9% identificou-se transtornos decorrentes do uso de drogas (SILVA, 2017) .

*BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 out. 2004. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=3395>. Acesso em: 16 ago. 2024.*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245011780700>  
Preencher todos os campos, inclusive número da proposição. Só serão aceitos formulários  
icados e assinados pelo autor.





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

### EMENDA AO PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas. Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População da Cidade de São Paulo. 2015. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/0003.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0003.pdf). Acesso em: 16 ago. 2024.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). Pesquisa sobre a população em situação de rua na cidade de São Paulo. São Paulo: FIPE, 2015. Disponível em: <URL>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SILVA, Júlia Carolina de Mattos Cerioni. Transtornos mentais e padrão de consumo de drogas na população de rua de Recife-PE. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29817>. Acesso em: 16 ago. 2024

Em Fortaleza, no Ceará, o 1º CENSO E PESQUISA MUNICIPAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (Prefeitura de Fortaleza, 2018) , dentro outros, trouxe os seguintes dados:

- 79,8% usam algum tipo de droga, lícita ou ilícita, exigindo uma abordagem diferenciada, que considere esse fator presente em 4 de cada cinco moradores de rua.
- 42,9% têm vínculos familiares rompidos.

LARANJEIRA (et all, p.24, 2021) com base no Levantamento de Cenas de Uso de Capitais (LECUCA – 2016-2019) , no tocando à moradia dos frequentadores da cracolândias de São Paulo, demonstram e descrevem:



Gráfico 2 - Moradia dos Frequentadores da Cracolândia - LECUCA - 2016-2019

PREFEITURA DE FORTALEZA. Cartilha de Políticas Públicas para População em Situação de Rua de Fortaleza. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2018. Disponível em: [https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/images/cartilha\\_pop\\_rua\\_parte\\_1.pdf](https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/images/cartilha_pop_rua_parte_1.pdf). Acesso em: 16 ago. 2024.

LARANJEIRA, Ronaldo et al. Levantamento de Cenas de Uso de Capitais (LECUCA) 2016-2019. São Paulo: UNIAID, 2021. Disponível em: <https://lecuca.uniad.org.br/>. Acesso em: 16 ago. 2024

Como exposto acima, os dados demonstram a importância do financiamento do acolhimento de dependentes do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas pelo governo, em consonância, inclusive, com o planejamento estratégico do MDS.

Além de importante, a medida de complementação do orçamento do DEPAD é medida urgente, inadiável e extremamente necessária, encontrando respaldo no pedido do OFÍCIO Nº 538/2024/MDS/SE/CGAA do MDS ao Palácio do Planalto são necessários recursos extraordinários de R\$ 186.329.370,95 (Ação 21FR: Apoio e acolhimento objetivando a reinserção de usuários e dependentes de álcool e outras drogas).

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome Parlamentar - Partido / UF:

Assinatura



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD245011780700>

